

A IMPRESCINDIBILIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ítalo D'Artagnan Almeida¹ Elysson Santiago Da Silva²

*¹Docente no curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) -
dalmeida.italo@gmail.com*

*²Discente de Licenciatura em Geografia – EAD na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) –
elyssonsantiago@gmail.com*

RESUMO: O meio ambiente na contemporaneidade vem sendo pauta de diversas discussões, de acordo com os novos modelos de atribuir significados expressivos nas instituições escolares. A Educação Ambiental norteadora de conhecimentos e procedimentos para o meio ambiente, promovem uma nova didática que se faz pertinente ao tratar de questões sobre biodiversidade, impactos naturais e ação antrópica, atribuindo saberes que devem ser integrados desde a educação infantil, a fim de desenvolver a consciência e os princípios de ética e cidadania. Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo sobre a inserção da Educação Ambiental desde a educação infantil. Assim, não basta apenas, que a criança aprenda a importância da preservação do meio ambiente, mas que ela adquira saberes que propiciem as mudanças ao que se refere aos hábitos nocivos ao meio ambiente, junto aos seus professores e familiares. Portanto é imprescindível que aja uma parceria das instituições sociais, família e escola, para que se efetive uma educação ambiental assertiva a fim de fortalecer o trabalho desenvolvido na educação infantil, desenvolvendo habilidades e competências através dos saberes e do lúdico, colocando em prática ao longo de toda a vida escolar.

Palavras-Chaves: Ensino; Educação Ambiental; Preservação; Sociedade, Educação Infantil.

Introdução

As discussões sobre o meio ambiente fazem parte dos temas abordados na contemporaneidade. No entanto, estas discussões perpassam por diversas realidades que são provocadas por ações antrópicas sejam elas positivas ou negativas e que alteram o meio e transformam a sociedade em diversos aspectos.

Diante disso, trazer a dinâmica conceitual de meio ambiente neste artigo nos remete a discussão sobre sua aplicação na educação infantil, mediante a noção das políticas de preservação ambiental e da biodiversidade, qualidade de vida e equilíbrio.

Neste sentido, deve ser considerado o ensino de Educação Ambiental desde a infância através do ensino e aprendizado para uma postura intervencionista na replicação de práticas degradáveis ao meio ambiente propagadas pela sociedade, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de uma consciência baseada na intervenção positiva a preservação, vinculados aos princípios da ética e cidadania.

A Lei Ambiental de nº 9795 respalda a pertinência desse trabalho no Art. 2º ao afirmar que “A Educação Ambiental é um comportamento essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. Assim, objetiva-se através deste estudo discutir as concepções da Educação Ambiental, visto que trata-se de um processo contínuo não limitada a educação apenas escolar, e da importância de introduzi-la na educação infantil, como estratégia de desenvolvimento.

Dessa forma, justifica-se tal discussão a pertinência de inserir na educação infantil maneiras positivas de desconstruir aspectos pragmáticos da sociedade capitalista e consumista em prol da interação da Educação Ambiental e da sustentabilidade. Assim, surge à necessidade de se pensar em uma sociedade com práticas sustentáveis, que proponha ações ecologicamente corretas e que sejam cada vez mais comuns no cotidiano das pessoas. Assim, percebemos a necessidade de construir e compor uma proximidade através das possibilidades da inserção da Educação Ambiental na educação infantil, visando uma educação voltada para a cidadania, através da aprendizagem construtiva, reflexiva e crítica.

De acordo com Sorrentino (1998) a Conferência Intergovernamental em Tbilisi em 1977, dedicada a Educação Ambiental traça como principais objetivos, o apoderamento de consciência, atitudes, conhecimento, habilidades, capacidade de participação e avaliação, sendo ela uma educação formal ou não, mas sendo um processo contínuo e permanente.

Metodologia

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica através de discussões por meio dos aportes teóricos basados em autores que trabalham com as temáticas sobre Educação Ambiental e educação infantil. Assim, Fonseca (2002) afirma que a pesquisa bibliográfica é o levantamento de referências sobre um determinado tema a fim de conhecer o que é de interesse para recolher informações para responder aquilo que se tem como problema. Neste sentido, Gil (2004) nos traz que diversas pesquisas bibliográficas tratam sobre investigações sobre ideologias ou análises acerca de um problema com o intuito

Resultados e Discussão

A preocupação com a preservação dos recursos naturais cresce cada vez mais, uma vez que a biodiversidade e os recursos naturais, encontrados em abundância outrora, não se encontram mais em abundância ou disponíveis. Essa problemática encontra-se em evidência devido à degradação do meio ambiente causado pelas ações antrópicas. Assim, o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental encontram-se presentes em diversas

discussões acadêmicas, na mídia e de forma explícita através de campanhas de preservação ambiental (ALMEIDA; NEVES; SANTOS, 2013).

Carvalho (2006) em seus estudos, define que desde que o *homo sapiens* lançou ao rio, lagoa ou mar a primeira casca de banana, que a relação entre o indivíduo e o meio ambiente tornou-se um binômio pautado no “consumo e poluição”. Tal postura com o avanço da sociedade, da tecnologia e do mundo capitalista e globalizado resultou numa relação utilitarista em relação ao ambiente e seus recursos, que nas últimas décadas encontra-se exponencialmente elevadas, devido ao esgotamento de ecossistemas e recursos naturais.

As problemáticas socioambientais coletivas, desencadeadas por um emaranhando de processos, que se entrelaça desde a ordem econômica até a cultural, desestabilizam o equilíbrio ambiental, a biodiversidade e a sociedade (ALMEIDA; NEVES; SANTOS, 2013).

Neste sentido, a Educação Ambiental, necessita influir dentro das práticas educativas sobre as relações sociais e ambientais, sendo uma condição imprescindível para o desenvolvimento sustentável. Assim, as escolas surgem como espaços privilegiados de atividades que propiciem este tipo de reflexão, encontradas dentro da sala de aula e nas aulas de campo, com atitudes e ações orientadas através de projetos pertinentes com a participação dos alunos que incite a postura atitudinal positiva e o comprometimento com a proteção ambiental através da interdisciplinaridade (DIAS, 1992).

Abordar o tema “Educação Ambiental- EA” no espaço escolar vai além que apenas discutir preservação por preservação, sendo que em muitos casos, este conhecimento é transmitido num discurso vazio e descontextualizado, reduzindo a realidade local e as necessidades que o meio em que o aluno vive necessita (GAMA; SANTOS; SOUZA, 2013).

É relevante destacar que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi implantada no Brasil em 1999, e regulamentada em 2002 para integrar e expressar uma concepção de prosperidade do meio ambiente (SAITO, 2002). De acordo com Gírio (2010) a principal função de trabalhar com o tema meio ambiente é a contribuição para a formação de cidadãos conscientes, reflexivos, críticos e que atuem na realidade socioambiental através de atitudes comprometidas com a preservação ambiental, e para isso é necessário mais do que apenas conceitos.

Em consonância com o autor supracitado, é necessário que a escola se proponha a promover atitudes e valores, buscando no ensino e aprendizagem a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e procedimentos com o intuito de adotar comportamentos “ambientalmente corretos” através do aprendizado diário, como solidariedade, hábitos higiênicos, respeito social e ambiental.

Nesse contexto, fica evidente a necessidade da Educação Ambiental no ambiente escolar para possibilitar a transformação dos educandos em atores participativos socialmente

através do desenvolvimento crítico-social.

Mas ao inserir a Educação Ambiental, ela deve ser qualificada para as demais vertentes articuladoras, buscando no espaço pedagógico as perspectivas e objetivos educacionais (GUIMARÃES, 2004). Ações de sensibilização devem ser construídas, buscando o envolvimento dos educandos nas questões ambientais locais e globais iniciando-se na educação infantil.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente e Saúde afirmam que a educação é um componente substancial para a transformação da consciência ambiental. Isto é, percebe-se que “quando bem realizada, a Educação Ambiental leva a mudanças de comportamento pessoal de atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes conseqüências sociais” (PCN, 1997, p.27). A educação é a ferramenta emancipatória para se chegar ao êxito desse processo (ALMEIDA; NEVES; SANTOS, 2013).

No entanto, as instituições educacionais necessitam aliar seus projetos educacionais e curriculares para debaterem sobre os problemas ambientais, partindo do seu *locus*. Não apenas visando um debate sobre preservação, de maneira abstrata e subjetiva, mas elevando a discussão para os fatores além da complexidade da problemática e principalmente trazendo os alunos para observar a realidade da sua rua, do seu bairro, da sua cidade, das práticas sustentáveis dentro de sua família.

A solução dos problemas ambientais, é mais complexo do que imagina, pois é necessário mais do que propiciar a coleta seletiva¹ ou fechar o chuveiro enquanto se ensaboa; é aguçar a percepção e ter um contato mais significativo com o meio ambiente (ACHCAR, 2012). Pois, preservar não consiste apenas no pensamento e práticas sobre a coleta seletiva, mas sim, na reflexão crítica sobre os impactos socioeconômicos, culturais, políticos, éticos e tecnológicos no meio ambiente.

Sobre a Lei nº 9.795/9, é instituído que a Política Nacional do Meio Ambiente, produz orientações quanto aos objetivos da educação para o meio ambiente e suas estratégias de desenvolvimento. É instituído também que todo indivíduo deve ter acesso a Educação Ambiental, sendo esta considerada “(...) bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999). A promoção dessa garantia favorece que novas gerações promovam novas concepções ambientais favorecendo um ambiente saudável a prática social sustentável, mediante a inserção de política públicas que facilitem essa efetivação.

As instituições escolares devem estimular as crianças a preservarem o meio ambiente, visando a sustentabilidade do planeta, com atitudes simples do cotidiano, buscando no conhecimento a causa e a consequência. Nesse ensejo, cabe à família e à escola trabalharem em uníssono com os alunos no sentido de que todos são responsáveis pela preservação do

meio ambiente. Visto que as decisões das ações em relação ao meio ambiente se efetivam nas práticas dos atores sociais envolvidos neste processo educacional.

¹ A coleta seletiva é a coleta diferenciada de resíduos que foram devidamente separados, de acordo com a sua constituição ou composição. De acordo, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a implantação da coleta seletiva é obrigação dos municípios. Visto que cada resíduo tem um processo próprio de reciclagem, enquanto misturados dificultam ou encarecem o processo da coleta seletiva ou mesmo inviabiliza.

O ensino e seu relacionamento com o meio ambiente assume um arquétipo complexo, já que o sistema educacional trabalha para e com as questões socioambientais que se diversificam em diversas vertentes. Sendo que o meio ambiente possui um dinamismo particular principalmente quando subjugado as ações antrópicas que intensificam as mudanças e o ciclo ambiental, o que torna o relacionamento da educação com o meio ambiente uma relação de suma importância, por meio da integração, estimulando e visando o pensamento crítico e as possibilidades de resoluções das inquietudes ambientais.

Em Jacobi e Oliveira (1998, p. 75) vemos que:

“O desafio que se coloca é de formular uma Educação Ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis – formal e não formal. Assim, a Educação Ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tomando como referência a esgotabilidade dos recursos naturais e conscientizando-se de que o principal responsável pela sua degradação é o homem.”

Assim, Almeida, Neves e Santos (2013) alegam que a educação se trata de um viés socioconstrutivo que não se limita apenas aos problemas ambientais mas sim, responsabiliza-se para a formação de pessoas que lidem com a realidade e seus processos permeada de situações entre o mundo natural e social, e diante disso, se posicionar junto aos educandos.

É interessante ressaltar que Gírio (2010) nos traz em seus textos que a Educação Ambiental que deve possibilitar vivências para que o aluno sinta a necessidade de preservar o meio ambiente. E não apenas, que a criança aprenda a importância de preservar o meio ambiente, é importante que ela tome como exemplo as atitudes e práticas dos adultos de seu convívio como educadores e familiares.

Deste modo, existe uma ação fundamental e pertinente através da parceria entre a escola e a família, esta ação galga-se no fortalecimento da promoção de uma Educação Ambiental de qualidade a fim de favorecer a educação infantil construtiva e reflexiva. Essa reflexão deve passar pelas atitudes cotidianas do aluno em sua casa e na escola, onde são os principais ambientes socioeducativos presentes em seu cotidiano, para que no futuro sejam replicados em sociedade (JACOBI, 2003).

A imprescindibilidade das práticas educativas e ambientais

promoção da Educação Ambiental, sendo transversal e interdisciplinar fomentando o desenvolvimento social e crítico sobre as problemáticas ambientais não apenas contemporâneas, mas em todo o seu processo temporal.

Saito (2002) combate à visão unidisciplinar e unilateral no ambiente escolar, sendo um dos objetivos da Educação Ambiental “(...) o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações...” (BRASIL, 1999). Nesta perspectiva, Santos, Almeida e Neves (2013) sublinham que o ensino seja realizado a partir da realidade do aluno, inserindo-o no contexto do tema a ser estudado e reafirmam:

Os PCN's citam como eixo central da educação escolar o exercício da cidadania, apresentam também como maior inovação, a inclusão de temas que visam resgatar a dignidade do ser humano, a igualdade dos direitos, a participação ativa na sociedade e a co-responsabilidade pela vida social (SANTOS; ALMEIDA; NEVES, 2013).

No entanto, “fazer” a Educação Ambiental necessita de uma visão abrangente do professor, buscando na realidade do educando, o que pode ser trabalhado e fundamentado trazendo o conhecimento ambiental para a temática e vivência como uma forma de ensino e aprendizagem. De acordo com Rosa (1997) ao se trabalhar sobre lixo, coleta seletiva, deve-se trabalhar os conceitos, as questões pertinentes ao tema, aguçando a curiosidade do aluno como “Por que não se vê as lixeiras de coleta seletiva em todas as ruas?”, “Por que muitas ruas é difícil se encontrar uma lixeira comum?”, “Por que não é tão divulgado a questão da coleta seletiva?” e a partir disso buscar através das ferramentas geográficas, como a cartografia e seus recursos, para assim identificar onde poderiam haver lixeiras, por onde o caminhão da coleta seletiva poderia passar, o que possibilitaria uma infinidade de recursos e conhecimento. De acordo com Saito (2002) o manuseio e confecção de mapas, são atividades curriculares nas áreas de estudos sociais e geografia, e que podem ser trabalhadas de forma interdisciplinar nas atividades de Educação Ambiental por diversas disciplinas.

As aulas de artes por exemplo, é uma grande possibilitadora prática da Educação Ambiental, ao trabalhar com a reciclagem, com a reutilização e principalmente com o desenvolvimento de habilidades e competências que se refere a criatividade e a imaginação, potencializando o desenvolvimento do aluno frente as inúmeras possibilidades. Essa nova função artística deve propiciar uma complexa constatação e análise de uma nova construção crítica do consumismo exacerbado, buscando nas aulas de artes a diminuição do descarte. E assim, as diversas disciplinas do currículo escolar pode concentrar um fragmento da Educação Ambiental.

A construção da Educação Ambiental deve ser precedida de um estudo constante já que, os debates ocorrem em torno de ações sejam elas naturais ou antrópicas no meio ambiente, transformando a paisagem antes estática no cenário ambiental, numa paisagem de

relações socioambientais promovendo impactos ambientais e sociais.

A Educação Ambiental, como dito anteriormente possui um viés transversal e interdisciplinar que envolvem aspectos cotidianos, indagações sobre a qualidade de vida, o meio ambiente e suas relações com a sociedade, deve excitar a criticidade do educando e desenvolver a compreensão e a ação do educando (ALMEIDA; NEVES; SANTOS, 2013).

Assim, a Educação Ambiental, durante o desenvolvimento infantil baseia-se no desenvolvimento sociocultural, a fim de despertar a autonomia, a criticidade e a responsabilidade, tendo como base a música, a matemática, as artes visuais, a linguagem oral, escrita e visual e temáticas que devem ser tratadas constantemente em diversos eixos.

De acordo com Vygotsy (1991) a criança do zero aos 3 anos, deve explorar o máximo o ambiente ao seu redor e visitando os lugares mais longínquos através de vídeos, ao modo de perceber como é bela a natureza e quão diversificada, e principalmente que fazemos. Dos 4 aos 6 anos, os conhecimentos até então adquiridos já possibilitam um aprofundamento e ampliação, ofertando a possibilidade da curiosidade e do interesse pelo mundo natural e pela sociedade. Nesta fase, as perguntas: Como? Onde? Por quê? são comuns e a imaginação encontra-se a florada, buscando soluções, informações, confrontando ideias e estabelecendo diversas relações, assim a criança será capaz de compreender o dinamismo da natureza.

É fundamental o envolvimento da criança em questões ambientais através da criatividade e sensibilidade, para que se percebam parte integrante da transformação social. Desta forma, cabe a família e a escola como as primeiras instituições sociais que a criança possui vínculo, trabalharem em conjunto para o desenvolvimento sociocrítico da criança revendo hábitos e contribuindo para a formação como cidadão.

Além disso, Almeida destaca que a Educação Ambiental está intrinsecamente relacionada com o respeito e a cidadania, de acordo com a articulação do exercício e da luta pela solução das problemáticas ambientais, indo na raiz dos problemas através da educação e perpetuando pelas diversas esferas, o que não apenas seria a conscientização dos deveres individuais, e sim dos deveres coletivos em sociedade.

CONCLUSÕES

Portanto é fundamental que exista uma parceria entre as instituições sociais (família e escola), já que são as principais instituições que a criança possui aproximação direta, para que se efetive a Educação Ambiental a fim de fortalecer seu trabalho desenvolvido na educação infantil. Deste modo, a reflexão deve ser trabalhada através das pequenas atitudes dos hábitos em diversos ambientes presentes na vida da criança.

As instituições educacionais têm entre seus princípios norteadores o compromisso do crescimento do “eu cidadão”, além do arcabouço teórico, sendo a instituição

o dever de possibilitar o desenvolvimento de projetos ambientais interdisciplinares em suas aulas, buscando o desenvolvimento da criança em seus primeiros anos de ensino. Contudo, existe alguns empecilhos quanto a sua prática, como a inserção de uma disciplina sobre Meio Ambiente, ou Educação Ambiental nas escolas e demais instituições ao longo do desenvolvimento científico; outro empecilho é o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, de oficinas de reciclagem, campanhas educativas, cartazes, coleta seletiva na própria escola.

Estas ideias, não devem estar restritas apenas as datas comemorativas como o do meio ambiente, ou da árvore, deve ser um processo contínuo por todo o ano letivo, levando o aluno o desenvolver consciente durante todo o percurso escolar, principalmente na educação infantil, pois acenderiam fagulhas nas mentes das crianças, além de propiciar o desenvolvimento da contextualização, do lúdico, do desenvolvimento motor, do trabalho em equipe entre outros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. D.; NEVES, D. C.; SANTOS, T. O. **Educação ambiental na educação infantil**. In: III Simpósio Baiano de Licenciaturas. UFRB. 2013. Cruz das Almas/Bahia.

ACHCAR , T. **O educador ambiental ensina por suas atitudes**. Rev. Nova Escola, 2012. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/ciencias/fundamentos/rita-mendonca-educador-ambiental-ensina-suas-atitudes-426107.shtml>>. Acesso em: 3 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília- DF: Diário Oficial da União, 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente e Saúde. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1997, p. 27.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAMA, M. S.; SANTOS, T. O.; SOUZA, N. M. **Educação Ambiental: uma abordagem qualitativa na Escola Modelo Luís Eduardo Magalhães- Ilhéus/ Bahia**. In.: Jornada de Pedagogia, 2013, Ilhéus. Anais da Jornada Baiana de Pedagogia. Ilhéus: EDITUS, 2013, 12p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GÍRIO, M. G. C. **A preservação do meio ambiente na educação infantil**. 2010. Disponível em:<http://www.educandusweb.com.br/neteducacao/portal_novo/?pg=artigo&cod=1705>. Acesso em: 17 de jul. 2018.

JACOBI, P. **Educação ambiental, Cidadania e sustentabilidade.** In: Cadernos de Pesquisa, n. 118, mar. 2003, p. 189-205. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf> >. Acesso em: 22 ago. 2018.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária.** In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernado. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania (org.). São Paulo. Ed. Cortez. 2002. p. 69-98.

OLIVEIRA, A. S. D. **Resíduos culturais.** Rio Grande: Edição Independente, 1999.

ROSA, R. T.; SAITO, C. H. **Educadores/as e catadores/as de lixo: o poder educativo e desmistificador do encontro e do convívio.** In: I Conferência Nacional de Educação Ambiental – 20 anos de Tbilisi. Brasília: MMA, 07 a 10 out. 1997.

SAITO, C. H. **Política nacional de Educação Ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos.** In: Aloísio Ruscheinsky. (org.). Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas. São Paulo. Ed. Artmed. 2002. p. 49-60.

SANTOS, T. O.; ALMEIDA, I. D.; NEVES, D. C. **Aplicabilidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Geografia no 6º ano.** In.: Jornada de Pedagogia, 2013, Ilhéus. Anais da Jornada Baiana de Pedagogia. Ilhéus: EDITUS, 2013, 10p.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Martins Fontes, São Paulo, 1991.